

MODELO DE DESENVOLVIMENTO IDEAL PARA O AMAPÁ: POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

Luiza Picanço Nunes

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

Doutoranda em Estudos de Fronteira

E-mail: luizapnunes@gmail.com

Kleber Soares da Silva

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

Doutorando em Estudos de Fronteira

E-mail: klebersoares@yahoo.com.br

Palavras-chave: bioeconomia; Saúde Digital; Amapá.

Introdução: O desenvolvimento do Amapá exige políticas públicas que articulem sustentabilidade, inovação e redução das desigualdades sociais e territoriais. A complexidade socioambiental do estado, marcada pela presença de comunidades tradicionais, fronteiras internacionais e territórios de difícil acesso, demanda estratégias que integrem saúde, tecnologia e valorização da biodiversidade. Nesse contexto, o presente resumo apresenta duas propostas de políticas públicas voltadas ao fortalecimento de um modelo de desenvolvimento alinhado à realidade amazônica: o **Programa Estadual de Bioeconomia em Saúde (PEBS)** e a **Estratégia de Saúde Territorial e Digital Amazônica (ESTDA)**.

Metodologia: A construção das propostas derivou de análise documental e normativa referente ao Sistema Único de Saúde (SUS), à Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Decreto 5.813/2006) e às diretrizes da Telesaúde no Brasil (Lei nº 14.510/2022). O estudo baseou-se em abordagem qualitativa, contemplando princípios de bioeconomia, saúde digital, gestão territorial e equidade em saúde, especialmente para populações vulnerabilizadas da Amazônia.

Resultados e Discussão

3.1 Programa Estadual de Bioeconomia em Saúde (PEBS): O PEBS propõe a integração entre biodiversidade amazônica, saberes tradicionais e práticas científicas, fomentando arranjos produtivos locais voltados à cadeia da saúde natural. O programa incentiva o manejo sustentável de espécies como andiroba, copaíba, jambu e pracaxi, além da implantação de **Farmácias Vivas Municipais**, incorporando fitoterápicos à Atenção Primária à Saúde dentro dos padrões da Anvisa. Prevê ainda o **Selo BioSaúde Amapá**, garantindo certificação e repartição justa de benefícios, bem como a criação de um **Fundo Estadual de Bioeconomia em Saúde** para pesquisa, inovação e capacitação. A proposta contribui para a

geração de renda, para a valorização cultural e para a soberania sanitária, alinhando-se aos ODS 3, 5 e 10.

3.2 Estratégia de Saúde Territorial e Digital Amazônica (ESTDA): A ESTDA busca ampliar o acesso ao SUS por meio da integração entre tecnologia, equipes multiprofissionais e territorialização. Propõe a criação das **Unidades Digitais de Saúde (UDS)**, oferecendo teleconsultas, telediagnóstico e educação permanente, em consonância com a LGPD. A política fortalece a vigilância em saúde por meio de mapeamento territorial e disponibilização de dados epidemiológicos em plataformas públicas. A estratégia ainda prevê o **Ponto Integrado de Saúde de Fronteira em Oiapoque**, promovendo cooperação entre Brasil e Guiana Francesa para vigilância e resposta a emergências. Valoriza equipes ribeirinhas e quilombolas e estrutura protocolos clínicos adequados ao contexto amazônico. A ESTDA posiciona o Amapá como referência em saúde digital na Pan-Amazônia.

Conclusão: As políticas propostas demonstram potencial para impulsionar um modelo de desenvolvimento amapaense baseado em sustentabilidade, equidade e inovação. O PEBS fortalece a bioeconomia da saúde e a valorização dos saberes tradicionais, enquanto a ESTDA amplia o acesso ao SUS por meio da saúde digital e da gestão territorial. Ambas contribuem para reduzir desigualdades, promover inclusão e consolidar o Amapá como referência em políticas públicas alinhadas à realidade amazônica.

Referências

BRASIL. Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Institui a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

BRASIL. Lei nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022. Dispõe sobre a prática da Telesaúde no Brasil.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde – princípios e diretrizes.